



DOSSIÊ



Abordagem das Temáticas de Sexualidades na Prática Escolar do Ensino Médio:

Limites e Possibilidades

Paula Candido CUNHA, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Martina BRUXEL, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Gabriela da SILVA, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Resumo: Pesquisa qualitativa descritiva com objetivo de compreender os limites e possibilidades de docentes de ensino médio em abordar a temática da sexualidade na escola. Os dados foram coletados em 2020 sendo tratados com a Análise de conteúdo, dando origem a três categorias: Desconhecimento ou não reconhecimento de outras sexualidades; Práticas pedagógicas em sexualidade; Silenciamentos e resistências. O estudo evidenciou que a sexualidade é tratada como tema transversal no currículo escolar e que docentes reconhecem a ausência de formação para trabalhar a temática. A postura docente frente a temática foi desde a negação e fixação na matriz biológica, até ao reconhecimento da diversidade sexual. As barreiras citadas para trabalhar a sexualidades na escola foram: falta de formação; medo da reação da família; dogmas religiosos e falta de apoio de colegas e/ou direção da escola. Todas/os interferem frente às atitudes preconceituosas e discriminatórias no ambiente escolar. A maioria demonstrou atitudes de resistência frente às tentativas de silenciamento. Ficou evidenciada a necessidade de investimento na formação de docentes do ensino básico, capacitando-as/os para assumir a educação sexual como um dos papéis da escola proporcionando uma rede de apoio em uma idade em que dúvidas e questionamentos sobre sexualidade permeiam o universo de adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Adolescência. Sexualidade na Adolescência. Educação Sexual na Escola.



Introdução

Entendida como uma das dimensões da vida humana, a sexualidade é conceituada pela Organização Mundial da Saúde como um aspecto central do viver humano e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Ela é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. Embora possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, cultural, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2007).

Segundo Foucault (2014) a seu respeito historicamente foi construída toda uma verdade, como objeto do saber, para de alguma forma servir de controle nas instituições religiosas, nos regulamentos pedagógicos, nas práticas médicas e nas estruturas familiares, sendo que estas verdades construídas, são repassadas como forma de mantê-la “sob controle”, principalmente para aqueles que estão iniciando seus aprendizados em sexualidade, como é o caso dos adolescentes.

Definida como a passagem da infância para a vida adulta a adolescência caracteriza-se por transformações físicas, emocionais e sociais que, na maioria das vezes, se constituem em desafio. Ainda que seja consenso a ocorrência de mudanças biológicas neste período, pode-se dizer que a adolescência é um conceito social, que se modifica de uma cultura para outra podendo ser entendida como um comportamento, na medida em que enquanto sujeitos culturais somos construídos pelo meio social que vivemos, o que significa dizer que ela não acontece de forma igual em todas as culturas. No entanto, é consenso que nesta fase tende a ocorrer uma busca frenética pela identidade e o despertar do erotismo, gerando conflitos internos e externos que influenciam decisões e deixam as/os adolescentes vulneráveis a pressões, o que torna a iniciação sexual, cada vez mais precoce na atualidade, um dos grandes desafios desta etapa do desenvolvimento humano (SOUZA; FERNANDES; BARROSO, 2006; SANTROCK, 2014; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2017).

Com um imaginário permeado por dúvidas a respeito da sexualidade, muitas vezes sem fazer questionamentos e/ou obter



respostas no seio familiar, a escola, frequentada diariamente pela maioria dos adolescentes, torna-se um lócus potencial para trabalhar esta temática, uma vez que, apesar de não haver uma “educação para sexualidade” institucionalizada, é nela que, através dos disciplinamentos e normatizações, educamos não somente as mentes, mas também os corpos.

Há de se considerar ainda que no cotidiano e no contexto social em que vivemos, o classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia, bifobia, transfobia, entre outros movimentos discriminatórios, refletem no ambiente escolar através de discursos, gestos, intercorrências, hierarquias de maneira diretamente relacionada. A escola é um espaço onde se legitimam os parâmetros da heteronormatividade. Nela a heterossexualidade hegemônica e obrigatória torna-se o principal sustentáculo da heteronormatividade, desencadeando o heterossexismo e homofobia, tornando o ambiente escolar hostil, instaurando um regime de controle e vigilância não só da conduta sexual, mas também das expressões e das identidades de gênero, como também das identidades raciais, o que acaba sendo problemático, uma vez que a/o adolescente se encontra em fase de autodescobrimento de identidade, experimentação e necessidade de se pertencer ou “encaixar” a um determinado grupo (SOUSA; FERNANDES; BARROSO, 2006; LOURO, 2015).

Neste cenário, a partir de nossa experiência de interlocução com adolescentes que rodeavam nosso universo profissional e social, percebemos que os mesmos, apesar de apresentarem inúmeras dúvidas sobre a sexualidade, verbalizavam que não as sanavam com pais e/ou professores/as por medo e/ou vergonha. Partindo do pressuposto de que os adolescentes estão em período escolar, geralmente no ensino médio, tal constatação nos trouxe um questionamento: Como os professores abordam as questões de sexualidade com os estudantes do ensino médio?

Espera-se, com o presente estudo, contribuir para desmistificar tabus, crenças, preconceitos e discriminações sobre a inclusão da temática sexualidade no ambiente escolar, subsidiando a formação de uma rede de apoio escolar sobre esta temática em uma idade em que dúvidas e questionamentos sobre a mesma permeiam o universo social de todos, em especial aqui, de adolescentes, contribuindo para o processo educativo escolar na construção de práticas pedagógicas mais plurais em termos de sexualidades.



Método

Caracterização do Estudo

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. Esta abordagem de pesquisa se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados (GUERRA, 2014).

Cenário do Estudo

Tendo em vista a Pandemia da COVID-19, a adoção do ensino remoto e as medidas sanitárias, a pesquisa “*in locu*” ficou impossibilitada, sendo o meio virtual o cenário de escolha – utilizadas plataformas *on line* e aplicativo de telefone móvel para ambientar o desenvolvimento do estudo, que ficou restrito a grande Florianópolis – Santa Catarina.

Participantes do Estudo

Os participantes da pesquisa foram 61 (sessenta e um) docentes que lecionam no ensino médio, em escolas públicas, privadas ou ambas da região da Grande Florianópolis. Foi feito um primeiro contato verbal com professoras de ensino médio, da rede social e familiar das pesquisadoras que se dispuseram a repassar o link com o questionário *Google forms*® para colegas que foram, sucessivamente repassando para colegas professores/as, através da técnica Bola de Neve, segundo a qual cada participante indica outro membro da equipe que considera apto a contribuir com os objetivos da pesquisa, assim, sucessivamente, cada sujeito indica o próximo a ser entrevistado, considerando os critérios apresentados pela pesquisadora (OCHOA 2015).

Critérios de seleção: ser docente que atue no ensino médio.

Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista semi-estruturada realizada nos meses de setembro a novembro de 2020 e aplicada virtualmente por meio de questionário semi-estruturado (adaptado da entrevista semi-estruturada), via *Google Forms*®. O Termo de Consentimento livre e Esclarecido também foi apresentado no início do formulário do *Google Forms*® deixando claro que ao responder ao



mesmo estaria automaticamente aceitando participar do estudo, estando de acordo com o TCLE.

Análise dos dados

Para análise dos dados, realizada de fevereiro a março de 2021, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que visa obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2011).

Foram utilizadas as três fases propostas por Bardin (2011): A pré-análise, que deu origem ao corpus do trabalho (entrevistas); descrição analítica onde o material foi explorado e realizada a sua codificação e categorização e, por último, o tratamento dos resultados onde foi realizada a inferência e interpretação através da análise reflexiva e crítica.

Aspectos éticos

O estudo atendeu aos princípios éticos preconizados pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos via Plataforma Brasil – base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP, norteando a orientação ao respeito dos aspectos éticos da pesquisa que envolve seres humanos. Assim também, passou por aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina e foi aprovada sob o número 4.308.374.

Resultados e discussão

Ao iniciar a apresentação dos resultados e sua respectiva discussão julgamos importante apresentar alguns dados sociográficos dos/as docentes que compuseram a amostra. Em relação a identidade de gênero a maioria (60.7%) se autodeclarou mulher cis¹, seguida por homem

¹ Pessoas CIS são aquelas cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Por exemplo, alguém que se identifica como mulher e foi designada como mulher ao nascer é uma mulher cisgênera. O termo cisgênero é o oposto da palavra transgênero.



cis (29,5%), sendo que uma minoria (8,2%) autodeclarou sua identidade como outra e 1,6% se autodeclarou como mulheres trans.

Este dado vai ao encontro dos dados do Perfil do professor na educação básica que aponta que na educação infantil e nos anos iniciais, a participação das mulheres está, em média em torno de 90%; nos anos finais e ensino médio, esse percentual cai para valores aproximados de 69% e 60% em 2017 (respectivamente). Já a participação dos homens progride de percentuais abaixo de 4% na educação infantil para percentuais em torno de 40% no ensino médio. (CARVALHO, 2018)

Em que pesem diferenças regionais, a perspectiva de gênero é aspecto importante que deve ser considerado na reflexão e na compreensão das características das relações que se constituem entre docentes e estudantes no contexto escolar ou seja, as/os professoras/es do presente estudo eram em sua maioria mulheres cis, brancas (75,4%), seguidas por pessoas que se autodeclararam pardas (19,7%), pretas e indígenas indo igualmente ao encontro dos dados encontrados por Carvalho (2018), que em seu estudo constatou que em todas as etapas de ensino, ao longo de todos os anos, existe um predomínio de professoras/es que se declaram brancas/os. O segundo grupo mais frequente é o dos que se declaram pardos; pretos, amarelos e indígenas têm uma presença bastante reduzida, com uma frequência menor que 5%, cada um, ao longo de todos os anos. Tal dado nos leva a concluir que o perfil étnico dos/as professores/as do presente estudo se aproxima da média nacional.

Perguntadas/os sobre orientação sexual 88% se declarou heterossexual dado este que nos leva a afirmar que os sujeitos do presente estudo são hegemonicamente mulheres cis, brancas, heterossexuais, ou seja absolutamente enquadradas na norma da cisheteronormatividade², aspecto este que abordaremos durante a discussão das categorias de análise.

Todas as pessoas entrevistadas possuíam nível superior, sendo as áreas de formação as mais diversas possíveis. 27,0% tinham menos de cinco anos de docência no ensino médio, sendo que a maioria tinha de 5 a 20 anos de experiência neste nível do ensino básico. A religião predominante foi a católica.

² Cisheteronormatividade é um termo usado para descrever a ideia de que os seres humanos recaem em apenas duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea e que relações afetivo-sexuais são normais somente entre pessoas de sexo diferentes, sendo que cada sexo tem um papel natural na vida. Nesta perspectiva qualquer relação afetivo sexual diferente é considerada desviante da norma.



Como último dado para caracterização dos sujeitos da presente pesquisa, 62,3% atuavam somente na rede pública de ensino; 19,7% somente na rede privada e os demais (18%) em ambas.

A seguir passaremos a discussão dos dados na busca de responder ao objetivo geral da pesquisa: Compreender os limites e possibilidades de docentes de ensino médio em abordar a temática da sexualidade no processo educativo no ambiente escolar com estudantes do ensino médio.

A descrição analítica das entrevistas realizadas deu origem a três categorias de análise sobre as quais, utilizando a terceira etapa da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) passaremos a fazer a inferência e interpretação seguidas de algumas considerações sobre a sexualidade no ambiente escolar. São elas: Práticas pedagógicas em sexualidades; Desconhecimento ou não reconhecimento de outras sexualidades; Silenciamentos e resistência.

Sexualidades no Ambiente Escolar: Algumas Considerações

Falar de sexualidade no ambiente escolar é falar das percepções de professoras/es quanto as intersecções relacionadas à sexualidade e escola, das diferentes estratégias utilizadas para se trabalhar com a temática; do reconhecimento ou não da importância de se abordar este conhecimento e também dos processos de silenciamento e negação das sexualidades relacionadas a afeto, desejo, prazer para além da ideia de reprodução biológica em termos de educação sexual.

Segundo Borges e Meyer (2008), o fator resistência tem estado presente desde as primeiras iniciativas de se abordar a educação sexual nas escolas brasileiras:

Desse modo, é interessante destacar que, desde a década de 1920, a lei brasileira prevê a educação sexual na escola. Entretanto houve muita resistência para sua implementação, especialmente por setores vinculados à igreja católica. Ainda hoje essa resistência existe e não se restringe à instituição igreja, mas está diluída em boa parte da sociedade, que incorporou seus valores, inclusive os(as) professores(as) que têm dificuldade de tratar o tema da sexualidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que esta é entendida e tratada como um instinto natural é, também, altamente vigiada como algo ameaçador e perigoso que precisa ser contido e disciplinado (BORGES; MEYER, 2008, p. 61).



Quando perguntadas/os se já haviam realizado algum tipo de formação em relação as questões de sexualidade, dos 61 respondentes somente 07 disseram que não. Então, conclui-se que uma parcela significativa das/os docentes entrevistadas/os, em algum momento de sua trajetória profissional, teve aproximações com a temática. Isto, deve-se ao fato de a sexualidade ser um tema em evidência que tem ganhado repercussão nas mídias, nas conversas de bar, na academia entre outros contextos, passando também a ser de interesse dos profissionais de educação.

Outro dado, de extrema importância quando pensamos sobre sexualidades, é a predominância, no ambiente escolar, de docentes que se afirmam e se reconhecem na identidade cisheterossexual e branca como é o caso da maioria das/os entrevistadas/os, portanto, pertencentes a um contexto social que legitima sexualidades “ditas” normais e naturais. Este contexto propicia a visão de que a sexualidade tem “verdades absolutas” aquelas pautadas nas formulações das ciências naturais e biológicas, em grande parte com a finalidade de controle e disciplinamento dos corpos de homens e mulheres. Assim, educamos os corpos, para produzirmos uma sexualidade supostamente normal. Como nos observa Louro:

A ação pedagógica mais explícita, aquela que encheria as páginas dos planejamentos e dos relatórios educacionais, volta-se, muito provavelmente, para a descrição, em detalhes das características que constituíam a qualificação “civilizada”, ou seja, para atributos lógicos e intelectuais que, supostamente, seja adquirido na escola, através de prática de ensino específicas. O investimento mais profundo, contudo, o investimento de base de escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres “de verdades” (LOURO, 2015, p. 18).

Estas práticas de disciplinamento e controle no processo de escolarização, permeiam a nossa análise a partir das categorias obtidas no corpus desta investigação onde, utilizando a terceira etapa da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) passaremos a fazer a inferência e interpretação.

Práticas Pedagógicas em Sexualidades

A educação escolar formal, historicamente, produziu todo um saber em torno da sexualidade, propiciando a instituição de uma educação sexual por meio de programas educativos que referendam o disciplinamento e controle dos corpos, à medida em que sua prática se dá



por múltiplos dispositivos constituídos através de suas normas, do uso do tempo, do espaço, das suas rotinas, arquitetura, livro didáticos entre outros artefatos culturais. Podemos encontrar este saber transcrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no que diz respeito aos temas considerados de caráter transversais.

Os PCNs são construídos transversalmente e compreendem várias áreas entre elas: Ética (Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo, Solidariedade) e Orientação Sexual (Corpo: Matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenções das doenças sexualmente transmissíveis). Os temas transversais caracterizam-se por um conjunto de assuntos que aparecem transversalizados em determinadas áreas do currículo, buscando responder à necessidade de um trabalho voltado para as temáticas sociais na escola.

Entretanto, segundo Macedo (1999, p. 43-44): “os PCNs nos põem de novo diante de um problema antigo na área do currículo: as disciplinas tradicionais não dão conta de um conjunto de questões postas pela realidade vivida pelos alunos”.

Importante destacar que a escola sempre esteve envolvida no processo de construção de gênero e de sexualidade. Neste sentido, as/os professoras/es são chamadas/os a pensar sobre temáticas como por exemplo, a orientação sexual.

Constatamos nas falas das/os entrevistadas/os, os mesmos argumentos apontados pelas/os autoras/es referendados. Quando perguntados se trabalhavam algum conteúdo relativo a gênero e sexualidade e o que abordavam, 25% respondeu que não e 75% que sim. Destes, - os que trabalham a temática da sexualidade, 64% o fazem dentro do modelo biológico trazendo o sexo e a sexualidade sempre relacionados com eventos como gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis, HIV, ou seja, associando sexo e sexualidade a problemas, como explicitado nas falas abaixo:

“Fisiologia e anatomia do aparelho reprodutor associado à biologia do desenvolvimento”;

“O aparelho genital. Explorando a morfologia e a fisiologia do aparelho genital”; Trabalho também o cariótipo humano e cromossomos sexuais, a diferenciação sexual”;

“O corpo humano”;

“No tema de reprodução e transmissão de DSTs”;

“Gosto de aprofundar na explicação do ciclo menstrual, também tentando dissolver tabus quanto a esse fenômeno fisiológico”;

“Sempre incluo estes temas no tópico sobre sistema reprodutor, reprodução humana, etc. Início o conteúdo sempre com aspectos



anatômicos e fisiológicos. Aqui o hermafroditismo já é porta para discussão a respeito de identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico. Tento sempre fazer com que os estudantes tenham consciência de seu corpo, das funções de cada parte para reprodução que também tenham consciência de questões higiênicas e que se quebrem alguns tabus, especialmente quanto a saúde de seu corpo”.

Importante ressaltar ainda que segundo Garcia (2007) a educação sexual deve ser intencional e não pode focar apenas a prática sexual, nem tampouco a associação do sexo a ocorrências negativas, como gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis, ignorando-o como fonte de prazer. Citando Bozon (2004) a autora argumenta que deixar de falar em sexualidade como fonte de prazer, ligando-a somente a aspectos negativos se constitui em um esforço para retomar o controle moral sobre a geração mais jovem. Para evitar a ocorrência deste controle, a educação sexual é a ferramenta pela qual se pode discutir as questões relativas à sexualidade, buscando a promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Como se pode perceber pelas falas, das/os professoras/es que trabalham a sexualidade o foco é em um viés estritamente biológico, ou seja, conhecimentos alicerçados no componente curricular das ciências naturais e biológicas legitimados e reconhecidos pelo currículo escolar como cientificamente válidos sendo, portanto, autorizados a serem abordados na escola. Há de se considerar, ainda, que estes conhecimentos estão alicerçados em pressupostos teóricos construídos para (re)afirmar e educar os corpos dentro da matriz da cisheterossexualidade. No entanto, estes conhecimentos dão conta de pensarmos a sexualidade apenas no singular, desconsiderando a pluralidade do viver humano, à medida em que estão desarticulados de outras experiências sexuais e de gênero, procurando naturalizar uma única sexualidade e patologizar sexualidades “desviantes” da norma biológicas, pois como bem afirmam Lionço e Diniz (2009):

Enquanto não se reconhece a diversidade sexual, no entanto, a heterossexualidade é reiteradamente afirmada na dinâmica das relações sociais, nas concepções de família e conjugalidade ou na explicação biológica e naturalizada da relação sexual como o encontro dos corpos com efeitos procriativos (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 11-12).

Porém há os que trabalham com outras possibilidades e buscam uma abordagem mais plural e diversificada, como estratégia de garantir o respeito às diferenças. No presente estudo representam 36% das pessoas



entrevistadas. As falas expressam a transversalidade dos conteúdos trabalhados em sala de aula e a eventualidade das aulas, ou seja, não o fazem de forma sistemática. Em suas falas sugerem práticas (sempre eventuais) do tipo:

“Apenas com o tema sexualidade na maneira transversal dos conteúdos”;

“Nenhum conteúdo específico, mas procuro abordar temas relativos a algumas datas de conscientização, exemplo, dia da mulher, da diversidade sexual, etc.”;

“Quando fazemos projetos por área para trabalhar preconceitos e bullying”;

“Nos temas transversais, em atualidades”;

“Abordagem múltiplas. Temas transversais”;

“Quando possível, faço rodas de conversa com o propósito de evitar ações discriminatórias”.

Verifica-se que há diferentes práticas circulando em sala de aula, mas as que vão para além da matriz biológica, em sua maioria, expressam atitudes de iniciativa própria das/os professora/es em forma de projetos, conversas informais com estudantes, datas comemorativas, em discussões que envolvem o apelo ao respeito às diferenças, “quando dá”. Nada que se constitua em uma prática pedagógica sistemática. Abramovay nos auxilia e entender esta realidade:

De uma forma difusa há entre os atores da escola, principalmente os professores, uma forte tendência a considerar que a escola é, de fato um lugar ideal para trabalhar sobre temas relacionados à sexualidade, mas não necessariamente tal vontade tem o respaldo de um planejamento pedagógico explícito e continuado, ficando, muitas vezes, no ambiente da intenção, de palestras e se limitando a uma cruzada pessoal, por conversas e referências no plano de opiniões contra posturas preconceituosas (ABRAMOVAY 2004, p. 103).

Diante do que se analisou, a grande maioria das/os participantes da pesquisa reproduzem práticas pedagógicas de transmissão e assimilação de conhecimentos cisheterocentros (como se todos partilhassem das mesmas experiências e vivências sexuais), que estão estruturados dentro da cultura escolar. Tal postura referenda a afirmação de Preciado (2018) de que:

O sexo se tornou parte tão importante nos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida (PRECIADO, 2018, p. 76).



Nesta perspectiva nas falas muito pouco apareceu referente a trabalhos com outras sexualidades, como por exemplo, homossexualidade, bissexualidade e até mesmo questões que envolvem sujeitos assexuais. Quando presentes sempre se relacionavam a situações eventuais.

No entanto é importante destacar que quando perguntadas/os sobre as dúvidas mais comuns na temática da sexualidade que recebem de estudantes as respostas foram: sexo na adolescência, prática sexual, momento certo para primeira atividade sexual, sexo anal, coito interrompido, como se engravida, métodos anticoncepcionais, sintomas e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, higiene íntima, sexo entre mulheres, sexo entre homens, namoro, homossexualidade, transgeneridade, tratativa de colegas trans, orientação sexual, pornografia, homossexualidade e família, identidade sexual e de gênero, consentimento, direitos e preconceitos, assumir-se homossexual, homossexualidade e família, sexo e religião, sexo e moral, bullying homofóbico.

Como se pode perceber, apesar de professoras/es focarem suas abordagens na temática da sexualidade na matriz biológica, as dúvidas de estudantes do ensino médio vão para muito além desta última e, se não encontram respostas em casa nem tampouco na escola, possivelmente as vão buscar entre seus pares, gerando uma lacuna em sua (in)formação. Ainda em suas respostas alguns professoras/es verbalizaram que eventualmente conseguem fazer uma abordagem fora da matriz biológica e aqueles que não conseguem responderam que buscam palestrantes ou encaminham a/o estudante para falar com a orientadora pedagógica da escola, psicóloga (quando há) ou até mesmo com a direção, o que, em nossa percepção, aponta para a ideia de patologização das sexualidades não cisheteronormativas, neste caso tratadas como um problema a ser pensado para diretoria, psicologia e/ou coordenação pedagógica da escola.

Há de se destacar ainda que falas eventuais, quando surge oportunidade, não caracterizam educação sexual. Esta deve ser sistemática e vai para além de cuidados com a prática sexual, envolvendo vários aspectos do viver humano, pois o mais importante não é o foco na orientação sexual, uso de preservativos e anticoncepcionais, mas sim o resgate do indivíduo enquanto sujeito de suas ações, o que favorece o desenvolvimento da cidadania, do respeito, do compromisso, do autocuidado e do cuidado com o outro (SAITO; LEAL, 2000). Neste sentido, conforme afirmam Zucco e Garcia (2015):



As temáticas trabalhadas devem incluir: as questões de gênero e identidade sexual; a diversidade sexual humana; a equidade de gênero; o respeito pela diferença e combate aos preconceitos e discriminação; a questão da imagem e valores associados ao corpo; construção de uma postura crítica frente aos padrões de beleza idealizados; transformações corporais da puberdade; mecanismo de concepção, gravidez e parto; os aspectos anátomo-fisiológicos da sexualidade; os diferentes métodos contraceptivos e seus efeitos nos corpos de mulheres e homens; o planejamento familiar/maternidade e paternidade responsável; entre outros, desvinculando a sexualidade dos tabus e preconceitos, afirmando-a como algo ligado ao prazer e à vida. Com este olhar, o enfoque das ISTs, por exemplo, deve ser na promoção da saúde e das condutas preventivas, ou seja, na desvinculação da relação estabelecida entre sexualidade, doenças e morte. No caso do HIV, a mensagem não deve ser a doença em si, mas sim a de que a AIDS pode ser prevenida, assim como a discriminação social vivenciada pelas as pessoas que portam o vírus (ZUCCO; GARCIA, 2015, p. 62).

Perguntadas/os se sentem-se preparados/as para trabalhar com seus/uas alunos/as as dúvidas na temática da sexualidade 48% respondeu que não, sendo que dos que responderam que sim 24% se sentem preparados dentro da matriz biológica.

Este cenário nos leva a afirmar que existe uma lacuna não preenchida nas necessidades de (in)formação do adolescente no que diz respeito a sexualidade, gênero e diversidade sexual, o que contribui para torná-lo tanto agente de preconceitos, discriminação e violências, quanto vulnerável em relação tanto ao seu autoconhecimento como ao seu autocuidado por práticas sexuais desinformadas.

Desconhecimento ou não Reconhecimento de Outras Sexualidades

De acordo com Weeks (2015) para além de ser uma preocupação individual, requer uma investigação e uma análise histórica e sociológica cuidadosa. Concordando com o autor, acrescentamos que não existe uma única forma de expressarmos nossos desejos, prazeres e sentimentos, uma vez o ser humano é plural e, conseqüentemente, também sua maneira de perceber, sentir e vivenciar a sexualidade, o que nos leva a afirmar que não há uma sexualidade, mas sim sexualidades. Tal visão nos possibilita enxergar diferentes corpos, identidades e subjetividades interseccionados por gênero, raça, classe e geração, ou seja, uma série de marcadores



sociais, culturais, econômicos e políticos, os quais constroem nossas experiências e vivências de modo particular e singular. É com este cuidado que procurarmos analisar os argumentos das/os entrevistadas/os.

O uso das categorias gênero e diversidade sexual vem se tornando recorrente na formulação das políticas públicas que, pautadas nos estudos culturais, trazem em seu bojo a concepção de sua construção social sendo assim, não há como buscar compreendê-los sem buscar compreender os fenômenos sociais no âmbito da cultura. Silva e Cruz (2017) ainda acrescentam:

Nas últimas duas décadas, no Brasil, as políticas públicas em educação vêm sendo afirmadas com o intuito de reduzir as desigualdades no percurso educacional entre todos os segmentos sociais. Nesse percurso formativo, o termo diversidade ganha destaque em muitos documentos das políticas públicas em educação, constituindo-se um princípio educativo, e, como tal, amparado por legislação. Como se pode observar no conceito inaugurado pela Educação Básica na nova LDB/96, o referido termo, como um direito, desponta ancorado no princípio do bem comum e no respeito à diferença/diversidade (SILVA; CRUZ, 2017, p. 171).

Segundo Bento (2011) é na escola que se aprende que diferença faz a diferença. Concordamos com a autora, pois é nela que muitas vezes naturalizamos a discriminação, os preconceitos e violências de gênero, raça, classe e sexual. Neste contexto, sem políticas educacionais inclusivas, estudantes que se sentem fora da norma sexual e de gênero acabam se sentindo excluídos e evadindo da escola.

Partindo da premissa de que a sexualidade humana é constituída social, histórica e culturalmente acreditamos e defendemos que ela necessita ser refletida na escola. Neste sentido, pensando na diversidade, na pluralidade e nas diferenças que constituem as sexualidades é inconcebível que pessoas envolvidas no processo educativo desconheçam ou não reconheçam que na escola outras sexualidades transitam, ensinam e aprendem com seus corpos, identidades e subjetividades. Nesta perspectiva Junqueira afirma:

[...] ao percorrer as escolas, notamos facilmente a intensa generificação dos seus espaços e de suas práticas e o quanto as fronteiras de gênero são obsessiva e binariamente demarcadas. Atividades, objetos, saberes, atitudes, espaços, jogos, cores, que poderiam ser indistintamente atribuídos a meninos e a meninas, tornam-se arbitrária e binariamente, masculinos ou femininos. São generificados e transformados em elementos de distinção, classificação e hierarquização. A distribuição tende a ser binária e



biunívoca e os critérios podem ser improvisados e imediatamente assumidos como naturais (JUNQUEIRA, 2013, p. 488).

Apesar desta realidade é importante destacar que, para uma parcela de professoras/es entrevistadas/os, em relação às sexualidades, verificou-se que o reconhecimento de outras sexualidades surge em algumas falas:

“De forma a garantir direitos e respeito às diferenças, à diversidade”;

“Abordando o respeito às diversidades”;

“Quando possível, faço todas de conversar com o propósito de evitar ações discriminatórias”;

“Abordo questões de gênero e LGBTQI+”.

A promulgação dos direitos reprodutivos e sexuais, individuais e coletivos passou a envolver outras identidades sexuais e de gênero. A mídia começou a divulgar, em nível nacional, violências e discriminações para com para com orientações sexuais diferentes da heterossexual e a diversidade sexual passou a ser um tema em pauta. Neste cenário educadoras/es passaram a compreender que não teriam como ficar indiferentes à estas questões e sentiram necessidade de procurar mais conhecimentos em torno de temáticas que envolvessem sexo, gênero e sexualidade.

Em Santa Catarina essa formação foi possível graças a parceria do Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (IEG/UFSC) com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) e Universidade Aberta do Brasil (UAB) que possibilitou, durante os governos Lula e Dilma, a realização de dois cursos de aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola a distância (EaD), onde foram formados na temática mais de 600 professoras/es do ensino básico, em dez polos UAB do estado na temática e de um curso de Especialização (EaD) em Gênero e diversidade na Escola, com dois anos de duração, realizado em cinco polos do estado e que formou 148 especialistas (GROSSI; GARCIA; ZANDONÁ, 2017).

Tal fato colaborou para que as temáticas de gênero e diversidade sexual, passassem a circular mais no contexto escolar do estado dando início a um processo de reflexão e discussão por todos os envolvidos no processo educativo. Mas, se de alguma forma há reconhecimento da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, perguntamos: De que



forma este reconhecimento se transforma em ação na prática pedagógica de educadoras/res do ensino médio?

“Venho trabalhando questões como sexo na adolescência, gravidez indesejada, métodos contraceptivos, LGBTQI+. Mas sempre é bom trazer pessoas que façam este debate de forma mais qualificada, que dialogue com a realidade e as diversas faixas etárias dos estudantes.”;

“Transgênero. Faço pesquisas e tento ajudar ou encaminhado para a coordenação pedagógica”;

“Procurando dar suporte emocional para o adolescente enfrentar a sua sexualidade, principalmente em sala de aula. Se necessário envio ao atendimento psicológico”;

“Relativamente sim, procuro assumir uma postura que traga segurança e responsabilidade para os jovens. Nesse sentido sou intolerante à comentários machistas, homofóbicos o que possam vir a constranger alguém. Contudo, sinto falta de estudos mais relacionados às questões sociais que cruzem esses temas”;

“Trabalho normalmente com diálogo e entendimento”;

“Procuro pesquisar e tento ajudar”;

“Trago textos e sempre busco responder as perguntas”;

“Procuro conversar e principalmente ouvir. Também proponho trabalhos em grupo em que são desenvolvidos projetos que contemplem esta questão”;

“Trabalho com oficinas, seminários, dinâmicas de grupo. Tenho colegas professores que são homossexuais e parceiros nas oficinas”;

“Uso Metodologia diversificada, utilizando muitos vídeos (diversificados), grupos de discussão, dinâmicas.”.

Tanto as perguntas feitas por estudantes, quanto as falas de educadoras/es desvelam que outras sexualidades, além da heterossexual permeiam o ambiente escolar e o mundo dos adolescentes. As estratégias utilizadas por professoras/res para trabalharem a temática são variadas e vão desde a negação e fixação na matriz biológica, até ao reconhecimento da diversidade sexual.

Destacamos aqui a afirmação de Hooks (2020) de que:

Em todas as instituições de ensino hoje há professores que responderam de modo construtivo à crítica aos preconceitos, mudaram o currículo e optaram por ensinar de maneira a honrar a diversidade de nosso mundo e dos estudantes. São corajosos esses professores que reconhecem que as salas de aula devem ser lugares onde a integridade é valorizada para que a educação como prática da liberdade se torne a norma, porque o mundo ao seu redor desvaloriza a integridade. Escolher manter padrões elevados para o engajamento



e desempenho pedagógico é uma forma de assegurar que a integridade prevalecerá (HOOKS, 2020, p. 88).

O que a pensadora afirma, observamos nas falas de algumas professoras/es entrevistadas/os, ao revelarem suas preocupações com a diversidade sexual e de gênero. Cada uma/um de sua forma, sem muita formação continuada, tentando dar conta da pluralidade de sexualidades que emergem no contexto escolar.

Não há dúvida de que as/os professoras/es tem consciência da existência de outras sexualidades, para além da cisheterossexual, tanto na sociedade como no universo escolar. A estratégia utilizada é que varia: enquanto uns buscam omitir e ficarem presos unicamente a matriz biológica, outros buscam trabalhar estas questões. Neste cenário nos resta o desafio de buscar garantir a inserção dos conteúdos relativos à gênero e diversidade sexual nos planos nacional, estadual e municipal de Educação e também Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e garantir também que se tornem conteúdo de formação inicial e continuada de professoras/res, buscando a garantia de uma sistematização destes conhecimentos no currículo e na prática pedagógica no ensino básico, em especial no nível médio.

Silenciamentos e Resistências

Segundo Lopes, Oliveira e Oliveira (2018) por mais que os movimentos conservadores e neoliberais tentem “negar, estigmatizando palavras, signos e seus portadores como “ideológicos”, “doentios”, “demoníacos” ou “perversores”, gênero e sexualidade estão presentes na escola com suas múltiplas, complexas e dinâmicas relações com as identidades, performances, práticas, fantasias, desejos, parcerias, conflitos, tabus, subversões e invenções sexuais:

Não somente os gêneros e sexualidades entram pelas portas das escolas levados – aberta ou clandestinamente – por estudantes, familiares, docentes, gestoras e demais pessoas que habitam o cotidiano escolar e as práticas curriculares. [...] não somente os gêneros e sexualidades estão na escola, mas, o cenário escolar é e tem sido, ao longo da modernidade, um dos espaços privilegiados de construção, reprodução, controle e, conseqüentemente, também de tensionamento e deslocamento dos modelos dominantes de gênero e sexualidade (LOPES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 1).



No entanto, apesar de sua inegável presença na sociedade e, portanto, também no universo escolar, a onda conservadora que vem crescendo no Brasil no atual governo, vem procurando coibir ou mesmo proibir sua discussão nos espaços escolares na tentativa de garantir que discursos religiosos e morais tradicionais continuem a ser os discursos dominantes e os únicos referenciais para a estruturação dessa dimensão da subjetividade nesses espaços. Neste cenário observa-se que vem sendo construído um tabu em torno da noção de “gênero” em uma tentativa de garantir e reafirmar discursos binaristas e heteronormativos, buscando negar a presença, invisibilizar os dilemas e silenciar as vozes e gestos de estudantes, educadoras/es, nos espaços escolares e no campo da educação.

No contexto do presente estudo, o processo verificado nos silenciamentos das/os professoras/es não se constitui em omissão. Em suas respostas elas/es demonstraram ter a exata noção de diversidade e pluralidade que existe no universo da escola, mas, em contrapartida, apontam uma trajetória de formação deficitária para respaldar suas ações em sala de aula nesta temática, alegando também que é uma temática provocativa à medida que se afasta do modelo que tiveram em seu processo de educação/escolarização. Destaque-se que quando perguntadas se gostariam de ter formação específica para trabalhar a temática de sexualidade 92% afirmou que sim.

Quando perguntadas/os se já presenciaram atitudes de preconceito e discriminação no espaço escolar 95% respondeu que sim.

“Piadas de mau gosto e insinuações de colegas”;

“Exclusão e isolamento, muitos nem querem chegar perto”;

“Meninos gays não andam com meninos heteros, meninas lésbicas não são levadas a sério, trans não são aceitos”;

“Sempre presenciei. O preconceito em escolas particulares é com qualquer um que não seja branco, hetero e rico.”;

“Sempre são vítimas de bullying”;

“Eu, enquanto trava não me assumi tão cedo por todo o preconceito vivido na infância, além da quantia enorme de meninas e meninos trans que param de estudar por conta do preconceito, não terminam o ensino fundamental, muitas parando na prostituição. Desde que entrei nas escolas como professora esses processos começaram a mudar por ter uma figura acima da hierarquia que fazia parte da comunidade LGBTQIA+. Hoje em dia o preconceito ainda acontece, jovens sofrem opressão dentro das escolas.”

Como se pode perceber preconceitos e discriminações de gênero, raça, classe, sexual, enfim, são práticas concretas de violências



(estruturadas pelo machismo, sexismo, racismo e LGBTfobia) presentes no universo escolar, ou seja, apesar da escola ser um espaço plural, quem foge ao “padrão” está visivelmente exposto a olhares que apontam, classificam, discriminam e denunciam as diferenças.

Em um estudo no qual pesquisou a homofobia no ambiente escolar no ensino fundamental de escolas públicas em Curitiba-PR, Reis (2012) contatou:

Uma das atitudes que apareceu na análise das transcrições não foi da escola propriamente dita, mas sim de determinados(as) professores(as) no sentido de colocar uma percebida obrigação de reagir diante de situações discriminatórias acima de convicções pessoais possivelmente contrárias à diversidade sexual (REIS, 2012, p. 156).

Resultado semelhante foi encontrado em nossa pesquisa. Quando perguntadas/os sobre a atitude que tomavam frente as ações discriminatórias as respostas apontaram que a escola não podia compactuar com elas e, portanto, se viam na obrigação de tomar alguma atitude.

“Abordei o assunto, alegando que ninguém é superior”

“Minha atitude foi separar a briga e orientar que não pode haver discriminação, violência em relação à homossexualidade de um deles.”;

“A atitude da escola é falar com os pais, promover palestras e indicar que preconceito não é aceitável e nem agressão”;

“Já teve caso de chamar a polícia junto com a família.”;

“Procuro conversar com a turma e dar voz para quem sofreu agressão e a partir disso trabalho estes assuntos.”;

“Contornei a situação e em um dia em que o aluno não estava, conversei com a turma sobre preconceito, direcionado para o caso.”;

“Dou muito apoio aos alunos para emponderá-los frente a estas situações.”;

“Geralmente trato o aluno com proximidade e isso acaba inibindo os agressores”;

“Não tem como não agir. A intervenção, a explicação e orientação são fundamentais.”;

“A minha atitude foi proteger o aluno, tirá-lo do meio de seus agressores e falar sobre respeito ao próximo.”;

“A minha ação foi intermediar o momento e valorizar a pessoa diante dos outros colegas.”

Estas respostas evidenciam que existem sim professoras/es comprometidas/os em promulgar a diversidade e o respeito às diferenças em sala de aula, atuando no sentido de não permitir a perpetuação de atos



de discriminação e preconceito, cumprindo com um dos papéis da escola. Em nossa percepção esta é uma postura positiva, principalmente se considerarmos que situações reais propiciam ótimas oportunidades de ensino/aprendizagem, no caso aqui com foco no respeito para com os que pensam, agem e se comportam diferentemente do que acreditamos ser a normal, pois como afirmam Ribeiro e Quadrado (2012, p. 401): “a escola tem um papel importante na discussão dessas temáticas e todos os projetos que promovem discussões entre seus/suas profissionais que contribuem, e muito, para a inclusão social e para a superação da desigualdade social”.

Neste contexto, podemos afirmar que apesar de todas as tentativas de silenciamento, das ameaças, do medo em discutir estas questões abertamente na escola devido as perseguições e denúncias promovidas pelo segmento conservador e fundamentalista no cenário político brasileiro, que ataca a escola, o/a educador/a e a ciência dizimando o ódio e a intolerância frente aqueles que defendem os direitos de todas as formas de amor e de sexualidades, professoras e professores resistem.

A fala abaixo de uma das professoras entrevistadas neste estudo exemplifica este cenário:

“Já fui perseguida pelo Escola sem Partido e por alguns pais da comunidade escolar que dizem que estas questões dizem respeito à família e não à escola, mas não deixo de fazer meu trabalho pela inclusão e respeito à diversidade.”

Destacamos que nas falas de professoras/es apareceram também barreiras/empecilhos para desenvolver um trabalho nesta temática na escola. Entre as principais apontaram: a reação dos pais; dogmas religiosos trazidos da família, a moral social reinante no país que demoniza a ideologia de gênero; a negação de algumas direções de escola que preferem não tratar temas polêmicos que podem vir a trazer incômodos; a crença de algumas famílias de que educação sexual deve ser realizada na família e não na escola; o despreparo de alguns diretores e colegas professores para temática e a conseqüente negação; o currículo que não abre espaço formal para estas temáticas; a falta de ações específicas voltadas para a temática no PPP da escola; o preconceito, a falta de respeito e atenção para temática por colegas professoras/es; a falta de apoio institucional. Saliente-se que a maioria verbalizou que nas escolas da rede pública estas barreiras estão menos presentes, ao passo em que na rede privada é onde encontram maior resistência, principalmente pelo fato de a direção não querer polemizar com os pais.



“O preconceito, a falta de respeito e atenção pela temática pelos demais docentes”;

“O momento atual acentua os cuidados que temos que tomar na abordagem desse assunto, buscando não ocasionar problemas com as famílias”;

“As barreiras não são explícitas, mas existem. Uma delas é a moral da sociedade que impede que as pessoas sejam esclarecidas em relação a esse assunto”;

“O preconceito e a formação religiosa que os alunos trazem de sua família”;

“O currículo”

“Percebo um mal-estar geral da comunidade escolar com o tema, principalmente pela grande diversidade religiosa, econômica e sexual dos alunos, onde um conselho pode ser muito mal interpretado provocando situações indesejadas no sistema de ensino.”

Quando perguntadas/os ainda se encontram parceria ou resistência dos pais para trabalhar a temática, as opiniões se dividem quase que equitativamente entre parceria e resistência, destacando-se que 30% das/os respondentes afirmam que a escola não busca a parceria com os pais.

“Criou-se a ideia de que a sexualidade não pode ser trabalhada na escola, por isso há resistência. Muitos professores são extremamente preconceituosos com algumas questões de sexualidade também, o que dificulta uma parceria. Com relação à direção, apesar de sempre ter recebido apoio sinto que há um receio do incômodo que o trabalho pode causar pois a direção não quer problemas com os pais”.

Importante esclarecer de que nosso propósito não é culpabilizar professoras/es ou mesmo as escolas. Muito pelo contrário, nossa pesquisa tem a intenção de contribuir para que possamos refletir sobre o que pensamos e dizemos sobre a sexualidade. E nada melhor do que realizar este movimento de reflexão sobre a prática pedagógica. Um convite para que educadoras/es se sintam comprometidas/os com a superação dos preconceitos e discriminações em torno de outras sexualidades. Diante do exposto, compartilhamos do pensamento de Louro:

Não pretendo atribuir à escola nem o poder nem a responsabilidade de explicitar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. É preciso reconhecer, contudo, que suas proposições suas imposições e proibições fazem sentido, têm “efeitos de verdade”, constituem parte significativa das histórias pessoais (LOURO, 2015, p 21).



Não diferentemente, professoras/es estão também contextualizadas/os por estes “efeitos de verdade” sobre a sexualidade. São sujeitos que trazem em suas trajetórias de vida e escolarização as marcas deste disciplinamento e controle dos corpos.

Conclusão

O presente estudo buscou compreender os limites e possibilidades que professoras/es encontram em abordar a temática sexualidade, no processo educativo no ambiente escolar com estudantes do ensino médio. As/os professoras/es participantes confirmaram, em sua maioria, que em algum momento de sua vida profissional, houve demanda por parte das/os estudantes de ensino médio a respeito da temática sexualidade. No entanto, afirmam que a temática é tratada como tema transversal e nem sempre estão preparadas/os para as devidas respostas e/ou formas de abordagem do tema por terem tido, sua formação centrada no modelo biológico e cisheteronormativo.

Os resultados demonstram claramente que a temática da sexualidade está presente na vivência de estudantes e educadoras/es, no ambiente escolar. Em contrapartida ficou evidente que ainda existem barreiras para se tratar do assunto com mais profundidade e abrangência, seja por medo de criar polêmica com as famílias, seja por dogmas religiosos, pela falta de apoio da direção da escola e também pela falta de preparo de professoras e professores para irem para além das questões cisheteronormativas, da visão binária e pela incapacidade de acolher a pluralidade de vivência da sexualidade.

O estudo mostrou também que há práticas que tentam silenciar as questões de gênero e sexualidade na escola. Mas, por outro lado, há também práticas de resistência que promovem diálogos, debates, bate-papos, intervenção quando surgem casos de discriminação e preconceitos. Podemos considerar que não há omissão das/os professoras/es porque as/os mesmas/os têm consciência de que é necessário falarmos. Este movimento, levou educadoras/es a se posicionar, inclusive procurando formação na área de gênero e sexualidade, como por exemplo, os cursos de formação em gênero e sexualidade promovidos pelo IEG/UFSC.

Por mais que se tente silenciar, apagar, invisibilizar, é evidente que a escola educa em gênero e sexualidade, porém dentro de uma norma que institui a matriz da cisheteronormativa natural e legítima. A escola, os conhecimentos e as/os professoras/es nunca foram e não serão neutros,



porque ambos, docentes e estudantes ao adentrarem seus portões não deixam seu gênero, sexualidade, raça e classe do lado de fora. Levam consigo também suas trajetórias de vida e de escolarização, marcadas e demarcadas por processos pedagógicos de controle e disciplinamento que, a despeito da falta de formação na área, vão ter influência direta em como ensinam e como praticam suas pedagogias.

No entanto apesar deste contexto a presente pesquisa demonstrou que professoras e professores resistem. Resistem negando-se a silenciar frente a processos sexistas, machistas, misóginos, racistas e LGBTfóbicos na escola. Resistem abrindo o espaço para o diálogo, para a inclusão, para o respeito à diversidade. Resistem dizendo não a tentativa de instituição do pânico moral e social para com as políticas inclusivas de gênero sob a falsa alegação de que a ideologia de gênero veio para corromper a ordem natural humana, ao ensinar meninas e meninos a tornarem-se homossexuais. Resistem lutando para romper com um silêncio que se perpetua e se consolida por várias instâncias de poder, seja na formação inicial, passando pela ausência no currículo e nas ações na escola, muito embora as relações de gênero e sexualidade estejam gritando “presente” cotidianamente nesses espaços, sobretudo nas interações entre os/as estudantes. Resistem ao desejarem formação para trabalhar com a temática da sexualidade, porque ao não terem respostas para os questionamentos das/os estudantes identificam os silêncios em sua formação.

Diante deste cenário acreditamos e propomos que os alunos de ensino médio tenham na escola um espaço de acolhimento de dúvidas em relação à temática da sexualidade, onde, além de obter respostas para seus questionamentos, também aprendam a desmistificar crenças e tabus que são o sustentáculo para o preconceito e discriminação que tanta violência emocional geram.

Em nossa percepção isso só é possível com investimento na formação de educadoras/es do ensino básico capacitando-as/os para assumir a educação sexual como um dos papéis da escola. Uma escola que não assume a educação sexual não é uma escola que educa. Educar é também ensinar o respeito à pluralidade do viver humano e isso só é possível ancorando-se em princípios humanísticos na busca do reconhecimento da diversidade, o que traz como consequência a superação das diferenças marginalizantes e opressoras que tanto excluem.



Nenhum é menos! Nenhum a menos! Que este seja um dos lemas que norteiem aquelas e aqueles que acreditam que a saída para uma sociedade mais justa, humana e igualitária é a educação.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam. Juventude e sexualidade. Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena. Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO, 2004.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Almedina, 2011.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Revista Estudos Feministas, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2011000200016>.
- BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 16, n. 58, p. 59-76, mar. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362008000100005>.
- BOZON, Michel. Sociologia da Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CARVALHO, Maria Regina Viveiros. Perfil do professor da Educação Básica. Série Documental, relatos de pesquisa. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/Perfil+do+Professor+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica/6b636752-855f-4402-b7d7-b9a43ccffd3e?version=1.2>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- GARCIA, Olga Regina Zigelli. Sexualidades femininas e prazer sexual: uma abordagem de gênero. 2007. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e



Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90781/271860.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 mar. 2021.

GROSSI, Miriam Pilar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; ZANDONÁ, Jair. Transformando a Educação em Santa Catarina: trabalhos de conclusão do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Tubarão: Copiart, 2017.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. Manual de Pesquisa qualitativa. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014. Disponível em: http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

HOOKS, Bell. Ensinando pensamento crítico, sabedoria e prática. São Paulo: Elefante, 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. Revista Retratos da escola, Brasília, v.7, n. 13, p. 481-498, jul/dez. 2013. Disponível em <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320/490> Acesso em: 18 mar. 2021.

LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de Oliveira. Os gêneros estão na escola. Pernambuco: Editora da UFPE, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? *In*: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.) Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009. p. 9-13.

MACEDO, Elizabeth Fernandes. Paramentos Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais. *In*: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.) Currículo: política e práticas. Campinas, SP: Papyrus, 1999. Disponível em:



https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/178649/mod_resource/content/1/17.%20Par%20C3%A2metros%20Curriculares%20Nacionais%20%20A%20fal%20C3%A1cia%20de%20seus%20temas%20transversais.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

OCHOA, Carlos. Amostragem não probabilística: amostra por bola de neve. NETQUEST, 2015. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-bola-de-neve>. Acesso em: 30 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Ministério da Saúde. Saúde e sexualidade de adolescentes. Construindo equidade no SUS. Brasília, DF: OPAS, MS, 2017. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/34279>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PRECIADO, Paul B. Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

REIS, Antonio Luiz Martins. O Silêncio está Gritando: A Homofobia no Ambiente Escolar, Um Estudo Qualitativo No Ensino Fundamental De Escolas Públicas Em Curitiba, Paraná. 2012. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidad de la Empresa, Montevideo, 2012. Disponível em: <https://www.ibdsex.org.br/wp-content/uploads/2020/06/reis-tonio-silencio-esta-gritando-a-homofobia-no-ambiente-escolar-um-estudo-qualitativo-no-ensino-fundamental-de-escolas-publicas-em-curitiba-parana.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

RIBEIRO, Paula Regina da Costa; QUADRADO, Raquel Pereira. Gênero e diversidades na escola: notas para reflexão da prática docente. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2012.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. Educação Sexual na Escola. *Pediatria*. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2000.

SANTROCK, John W. Adolescência. 14. ed. Porto Alegre: Amgh Editora Ltda., 2014.



SILVA, Gabriela Jesualdo; CRUZ, Tânia Mara. Escola e Heteronormatividade: para além do binarismo sexo/gênero. *In*: WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pillar; GRAUPE, Mareli Eliane (Org.) Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina. Tubarão: Copiart, 2017.

SOUSA, Leilane Barbosa de; FERNANDES, Janaína Franciscisca Pinto; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 19, n. 4, p. 408-413, dez. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21002006000400007>.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Sexual health. Switzerland: WHO, 2007. Disponível em: <https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ZUCCO, Luciana; GARCIA, Olga Regina Zigelli. Gravidez na adolescência: alguns aspectos sócio-antropológicos. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas. *Especialização EaD em gênero e diversidade na escola*. Livro V, Módulo V e VI. Tubarão: Copiart, 2015.

Approach to Sexuality Themes in High School Practice: Limits and Possibilities

ABSTRACT: Descriptive qualitative research with the objective of understanding the limits and possibilities of high school teachers to address the issue of sexuality at school. Data were collected in 2020 and treated with Content Analysis, giving rise to three categories: Ignorance or non-recognition of other sexualities; Pedagogical practices in sexuality; Silences and resistances. The study showed that sexuality is treated as a cross-cutting theme in the school curriculum and that teachers recognize the lack of training to work on the theme. The teaching attitude towards the theme ranged from denial and fixation on the biological matrix, to the recognition of sexual diversity. The barriers mentioned to work on sexualities at school were: lack of training; fear of the family's reaction; religious dogmas and lack of support from peers and/or school management. All interfere with prejudiced and discriminatory attitudes in the school environment. The majority showed attitudes of resistance to the attempts at silencing. The need for investment in the training of basic education teachers was evidenced, enabling them to assume sexual education as one of the roles of the school, providing a support network at an age when doubts and questions about sexuality permeate the universe of adolescents.

KEYWORDS: Sexuality. Adolescence. Sexuality in Adolescence. Sex Education at School.

Paula Candido CUNHA

Universidade Federal de Santa Catarina

Enfermeira graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós graduanda em Ginecologia, Obstetrícia e Saúde Pública. Integrante do Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades – Afrodite UFSC.

E-mail: paulacandidoc@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4302-2993>

Martina BRUXEL

Universidade Federal de Santa Catarina

Graduanda do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades – Afrodite UFSC.

E-mail: bruxelmartina@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9788777784300100>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4180-6540>

Gabriela da SILVA

Universidade Federal de Santa Catarina

Licenciada em letras Unisul. Especialização em fundamentos da educação Unesc. Mestra em educação Unisul. Doutoranda em educação UFSC. Linha de pesquisa: sujeitos, processos educativos e docência. Grupo de estudos e pesquisas em Educação de Jovens e adultos (EPEJA). Integrante do Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades – Afrodite UFSC. Transfeminista.

E-mail: geduca@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9168-9808>

Recebido em: 28/10/2021

Aprovado em: 21/12/2021